

## **UMA ANÁLISE DO PROGRAMA SOCIAL BOLSA FAMÍLIA EM ALGUNS MUNICÍPIOS DA BAHIA**

Dayane de Andrade Mendonça (IC) Edgar Cândido do Carmo (orientador)

Apoio PIVIC Mackenzie

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa a evolução do programa social Bolsa Família nos municípios de Camaçari, Presidente Tancredo Neves e Itapicuru do estado da Bahia, comparando a evolução de alguns indicadores sociais dos Censos de 1991, 2000 e 2010. O estudo teve como base o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que deu suporte para uma análise da evolução do IDH municipal, educação, renda e do próprio programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Bolsa Família; pobreza; Índice de desenvolvimento Humano Municipal.

### **Abstract**

This paper analyzes the evolution of the social program Bolsa Família in the municipalities of Camaçari, Presidente Tancredo Neves and Itapicuru of Bahia state, comparing the evolution of some social indicators of Census 1991, 2000 and 2010. The study was based on the Index Municipal Human development, which provided support for an analysis of the evolution of municipal HDI, education, income and own the Bolsa Família program.

Keywords: Bolsa Família Program; poverty; Municipal Human Development Index.

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil, como amplamente divulgada na literatura especializada, é um país e desigualdades. Desigualdades nas oportunidades, no acesso à educação e a outros serviços públicos, na distribuição de renda etc. Por isso, consideramos relevante e essencial lançar luzes sobre a questão da pobreza no país enfocando o principal programa governamental que tem por objetivo minimizá-la.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar os efeitos do programa Bolsa Família nas famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza, em alguns municípios da Bahia que foram escolhidos tendo como baliza o índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Foi avaliado a desigualdade de renda desses municípios, bem como foram analisadas as questões de políticas sociais que visam à diminuição da desigualdade, as condições de vida das famílias que vivem nesses municípios, o grau de eficácia do Programa Bolsa Família e a necessidade de programas sociais que objetivam mitigar a pobreza. A análise deste Programa Social nos permite estudar indicadores relativos a educação, saúde e desigualdade.

A pesquisa buscou analisar se ocorreram efeitos do Programa Bolsa Família nas famílias participantes do projeto social e que vivem nos municípios escolhidos para esta pesquisa, além de tentar entender se os integrantes do Programa passaram a ter melhorias na área da saúde e de educação. Quais melhorias puderam ser percebidas? A educação dos indivíduos participantes do Programa melhorou devido ao Programa Bolsa Família ou melhorou devido a outros fatores? Houve melhorias com relação à saúde dos mesmos? Quantas famílias recebem o benefício e quantas já saíram da linha de pobreza e por este motivo deixaram de receber o benefício? Acreditamos que houve melhoria nos municípios analisados com relação a saúde, educação e diminuição da pobreza extrema e pode ser que essas melhorias tenham vindo do Programa Bolsa Família.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para dar fundamento teórico ao trabalho, foram utilizados estudos relacionados ao tema como, por exemplo, o trabalho feito pelo economista Eduardo Suplicy Matarazzo (2002) com seu livro “Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta”, onde o mesmo discorre sobre seu próprio projeto de transferência de renda, intitulado Renda Básica de Cidadania (Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004). Apesar de não estar diretamente relacionado ao Programa Bolsa Família, o livro do Ex Senador conta com muita teoria sobre diversos programas de transferência de renda que leva em consideração diversas teorias em seus capítulos iniciais. O autor demonstra também como funcionam esses programas de transferência de renda em outros países e como que se deu o processo e desenvolvimento do seu projeto.

Hoffmann (2001) é outro autor que estudamos e que descreve uma análise sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda como fator para o desenvolvimento do Brasil, assim como a desigualdade do país. O autor também faz uma análise desde Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, ou seja, tem toda uma base teórica sobre distribuição de renda assim como no livro do Suplicy (2002).

Realizamos a análise levando em consideração os estudos de Maria Ozanira da Silva (2007) que descreveu em seus textos o desenvolvimento de programas de transferência de renda e problemas relacionados ao mesmo na esfera das políticas sociais. O foco de seu estudo está interligado com programas de transferência de renda voltados para a educação, trabalho e saúde, o que é a proposta do Bolsa Família.

A pesquisa foi feita através de estudos de diversos estudiosos da área e também contou com dados de fontes oficiais disponibilizadas pelo governo, como por exemplo, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil que engloba dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. Além de contar com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dados da Caixa Econômica Federal relacionados ao Programa. O estudo se aprofundou na análise dos dados e levou em consideração todos os fatores sociais e socioeconômicos que envolvem as famílias. Para determinar a análise quantitativa foram utilizados como base os dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, entre outras fontes fornecidas pelo próprio governo assim como a leitura e análise de estudos relacionados ao tema abordado.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa que procura realizar um estudo de caso de três municípios da região nordeste do país que, sabemos de antemão, é a mais pobre. A base utilizada para escolha dos municípios é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ou IDHm, coletado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil que traz esses dados e outros 200 indicadores de demografia, renda, educação, trabalho, entre outros que também serão utilizados como base para entendimento dos resultados obtidos na pesquisa em questão. Para a escolha dos municípios levamos em consideração o nível de IDHm de cada um deles. Assim, escolhemos um município com médio nível de IDHm, um com nível baixo e um terceiro com nível muito baixo nível de IDHm.

A pesquisa terá uma análise quantitativa que será utilizada para que se possa obter um resultado mais objetivo e também para ter um resultado estatístico com relação ao

programa. Para determinar a análise quantitativa será utilizado como base os dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre outras fontes oficiais assim como a leitura e análise de estudos relacionados ao tema abordado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, DESENHO E PRINCÍPIOS**

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que engloba famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. Seu objetivo é que essas famílias consigam com este benefício sair ou melhorar sua situação e obter melhor qualidade de vida tendo acesso às condições básicas de sobrevivência. O programa buscar levar a estas famílias segurança alimentar, educação e saúde. Atualmente o programa atende cerca de 13,9 milhões de famílias e é considerado pelo governo como o programa social mais importante atualmente, tanto que foi um dos únicos que não sofreu com os cortes feitos pelo governo na atual política fiscal tomada pelo governo em 2015 para diminuir seus gastos.

O Bolsa Família aborda três tipos de conceitos para a redução da pobreza no Brasil que são, segundo a Caixa Econômica Federal, combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial saúde, educação, segurança alimentar e assistência social. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1998)

Para poder participar do Programa, as famílias precisam estar em situação de pobreza ou de extrema pobreza. As famílias que se enquadram no nível de extrema pobreza, são famílias que recebem R\$77,00 per capita; já as famílias em estado de pobreza recebem entre R\$77,01 e R\$154,00 per capita. É uma regra do Programa que a família que deseja receber o benefício tenha em sua composição crianças ou adolescentes com idades entre 0 e 17 anos, ou famílias onde tenham gestantes. É necessário que a família se inscreva no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que vai identificar e selecionar as famílias mais pobres que necessitam receber o benefício. Para realizar o Cadastro Único é necessário que o responsável pela família se inscreva nas Secretarias Municipais de Assistência Social ou até mesmo nos Centros de Referência de Assistência Social, também conhecido como Cras. Os dados presentes neste Cadastro Único devem ser atualizados pelo menos a cada dois anos.

O programa traz consigo vários impactos positivos como a segurança alimentar e a educação. Quando se trata da educação, pode-se dizer que houve uma melhora no desempenho escolar dos alunos que participam do programa. A frequência desses alunos foi de 96% (Dados obtidos no Ministério do desenvolvimento social, 2011), pois a educação é

uma exigência para que os mesmos possam permanecer no Programa. A média de aprovação dos alunos teve um aumento de 75,2% em 2011 para 79,9% em 2013. Houve também uma maior inserção social das mulheres na hierarquia familiar, pois são elas que recebem o benefício e passam assim a ter um peso maior nas decisões e opiniões financeiras de seus lares.

Além dos requisitos com relação à renda, as famílias também devem preencher Variável, Variável para jovens e Superação de extrema pobreza. O Básico tem o valor de R\$70,00 por mês; O Variável é de R\$32,00 por mês e por filho (até 5); O Variável para jovens é de R\$38,00 por mês e por filho (até 2); E a Superação de extrema pobreza tem seu valor calculado para a superação da extrema pobreza.

Programas sociais vêm sendo implementados no Brasil desde 1995 quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso colocou em ação o Programa Comunidade Solidária que tinha como objetivo o combate à fome e a miséria, no entanto o valor destinado aos gastos públicos na área de programas sociais não chegava em 0,2% do PIB do Brasil. No Governo Lula (2003) houve a criação do Programa Fome Zero que substituiu o Programa Comunidade Solidária. O objetivo era um programa de transferência de renda nacional e mais unificado.

“Esse seria o embrião do surgimento do Bolsa Família, que substituiu o Programa Bolsa-Escola (Lei 10.219/01), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Lei 10.689/03), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde- Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2206-1, de 2001), o Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102, de 2002) e o Cadastro Único do Governo federal (Decreto nº 3877, de 2001).” (TESSAROLO, 2011, p.11)

Segundo dados do IPEA, em 2003 cerca de 3,6 milhões de famílias foram beneficiadas pelo programa Bolsa Família, já em 2015 cerca de 13,9 milhões de famílias receberam o benefício. Para o programa é destinado 0,5% do PIB.

O Bolsa Família conseguiu obter êxito no combate à pobreza reduzindo a mesma pela metade. Se em 1990 o nível de pobreza era de 25,6%, em 2008 este nível caiu para 4,8%. A extrema pobreza teve queda em cerca de 28%. (IPEA)

Feito então esta descrição sobre o Programa Social Bolsa Família, no próximo tópico realizamos uma caracterização de cada município escolhido pela pesquisa.

## **CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS**

Medir a eficácia do Programa Social Bolsa Família em Municípios do Nordeste foi relevante, pois demonstrou a importância do programa assim como os benefícios que o mesmo traz aos participantes. É importante analisar onde há erros e acertos dentro do Programa. Programas de transferência de renda são essenciais, pois em um país como o

Brasil, onde a desigualdade social é muito elevada, dar uma oportunidade à população que vive em um estado de pobreza e de extrema pobreza de melhorar seu nível de subsistência acarreta em benefícios, como por exemplo, o incentivo que as famílias têm de manter suas crianças e adolescentes estudando como também propicia acesso à saúde e tem o intuito de inclusão social das mesmas.

Escrever sobre tal assunto foi relevante, pois há muitos dados disponibilizados pelos órgãos responsáveis pelo Bolsa Família, o próprio governo disponibiliza dados anuais referentes ao valor repassado aos estados, quantidade de famílias atendidas pelo Programa, valor que é repassado para os municípios onde são usados os dados da Plataforma de Indicadores (em desenvolvimento) do Governo Federal e há muitos trabalhos e pesquisas feitas ao longo de todos os anos do projeto como por exemplo a Percepções sobre o Programa Bolsa Família na Sociedade brasileira de CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira, WALTER, Maria Inez Machao Telles, SANTANA, Cora Maria Bender e STEPHANOU, Michele Conceição (1998) que realizaram uma pesquisa que indicou que a amostra usada conhece o Programa Bolsa Família e veem que este está sendo utilizado de uma forma que julgam adequada mesmo que haja problemas. Então fazer uma análise do programa em municípios do Nordeste foi possível graças aos dados disponíveis. A escolha dos municípios foi feita de acordo com o IDHm com foco no Nordeste, porém será feito uma análise também em um município do estado do Pará, que obteve o pior IDHm do Brasil. Para melhor resultado da pesquisa, serão analisados dados que abrangem toda a existência do Bolsa Família.

A pesquisa foi realizada em municípios da Bahia, porém o fator que determinou a escolha de cada município foi seu IDHm divulgado em 2010. OPNUD classifica O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo. Os valores dos intervalos podem ser observados na tabela a seguir. Os municípios selecionados foram Camaçari (BA), Presidente Tancredo Neves (BA) e Itapicuru (BA). Foi realizada também uma breve comparação com municípios de IDHm elevados.

**Quadro 1: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**

Nível	Faixa	Município	IDHm
Muito Baixo	0,000-0,499	Itapicuru - BA	0,486
Baixo	0,500-0,599	Presidente Tancredo Neves - BA	0,559
Médio	0,600-0,699	Camaçari - BA	0,694
Alto	0,700-0,799	-	-
Muito alto	0,800-1,000	-	-

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria.

Fizemos uma análise sobre o efeito que o Programa Bolsa Família causou nas famílias que moram nos municípios selecionados e quais foram os resultados obtidos a partir da implantação do Programa. A análise foi feita desde o princípio do Programa, ou seja, de 2003 e teve uma análise até o ano de 2015.

É de extrema importância analisar se as melhorias nesses municípios ocorreram devido ao Programa Bolsa Família ou se houve outro fator externo. A hipótese é que a melhoria, se de fato aconteceu, pode ter sido graças ao Programa Social, no entanto como não se pode afirmar, foi feita uma análise dos dados para verificar se a hipótese procede.

### **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado no ano de 1990, baseado em perspectivas que tanto Amartya Sen quanto Mahbub ul Haq tinham de que as pessoas são as responsáveis pela riqueza dos países em que vivem. O IDH é na verdade uma medida que leva em consideração indicadores que visam avaliar o bem-estar da sociedade como um todo e o desenvolvimento humano da mesma, levando em consideração aspectos como saúde, educação e renda. O índice varia entre 0 e 1, onde 0 significa o valor mínimo e 1 significa o valor máximo que se pode obter. Com base neste índice foi então criado em 1998 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) que conta com as mesmas características do índice anterior, porém tem seu foco voltado especificamente para cada município pois assim é possível que se possa analisar não apenas o desenvolvimento humano de um país, mas também algo mais específico e aprofundado como cada município e proporciona uma visão mais detalhada e ampla da situação do mesmo.

É importante mencionar que o IDHm e o IDH utilizam os mesmos indicadores em sua base de cálculo, porém há algumas diferenças entre os dois, como por exemplo, para o cálculo da renda no IDHm é considerado a renda municipal per capita enquanto o IDH usa como base o cálculo de renda pela Renda Nacional Bruta per capita. Também diferem com relação à educação, pois o IDHm leva em consideração a educação da população adulta e população em idade escolar. A base de dados utilizada para realizar o IDHm pertence aos Censos Demográficos que são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística enquanto o IDH utiliza dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Instituto de Estatística da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura).

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foi utilizado como base para o fornecimento dos dados de IDHm pois este é uma plataforma de consulta que engloba cerca de 5.565 municípios brasileiros e possui muitos indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade que levam em consideração os dados do Censo

Demográficos realizados desde 1991. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil foi obtido através de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Fundação João Pinheiros. Foi realizada a seguir uma caracterização dos municípios que foram selecionados para a pesquisa assim como uma análise socioeconômica e a evolução dos dados.

### **CAMAÇARI**

Camaçari é um município da Bahia com extensão de 764,5 km<sup>2</sup>, contando com 242.970 habitantes e uma densidade demográfica de 317,83 habitantes por km<sup>2</sup> segundo o Censo realizado em 2010, são 231.973 pessoas no meio urbano e 10.997 de população rural. O IDH deste município está caracterizado como um IDH médio com 0,694 levando em consideração a base de dados da PNUD.

É possível observar que houve melhoria no IDHm 4,15% deste município de 2000 a 2010. Camaçari tem a segunda maior receita municipal do seu estado, perdendo apenas para a capital, Salvador. É o quarto município mais populoso da Bahia, possuindo uma planta industrial petroquímica que é voltada para a exportação que abriga o maior Polo Industrial Baiano.

**Quadro 2: IDHm Camaçari**

	1991	2000	2010	Var 1991 - 2010
Educação	0,23	0,393	0,616	0,386
Longevidade	0,586	0,708	0,798	0,212
Renda	0,559	0,6	0,681	0,122
IDHM	0,422	0,551	0,694	0,272

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria.

O município de Camaçari apresentou um IDHm crescente nos anos analisados. Houve uma melhora em seu IDHm de 64,46% desde 1991 até 2010, além desse aumento de IDHm também é possível analisar que houve uma expressiva queda na mortalidade infantil fazendo com que a esperança de vida daqueles que nascem em Camaçari aumentasse. Percebemos um aumento de renda, longevidade e educação em uma comparação de 1991 até 2010, porém, educação mostrou ser o índice que mais variou.

A maior parte da população de Camaçari encontra-se economicamente ativa segundo o Censo 2010, 71,8% está economicamente ativa, enquanto 14,7% está economicamente desocupada e 13,5% economicamente inativa. Os dados demonstram que a taxa de atividade

creceu assim como grau de formalização dos ocupados que possuem idade de 18 anos ou mais. A porcentagem de ocupados com ensino fundamental e ensino médio completo também aumentou. Houve queda da taxa de desocupação de 2000 para 2010.

Alguns aspectos considerados básicos como possuir água encanada, energia elétrica e coleta de lixo também aumentaram em Camaçari. De 2000 até 2010 a presença de água encanada nos domicílios aumentou de 74,69% para 96,45%, domicílios com energia elétrica correspondiam cerca de 97,98% e passou a ser 99,81% enquanto domicílios com coleta de lixo, corresponde apenas para a população urbano passou de 88,31% para 96,30%.

Em setembro de 2015, Camaçari possuía 25.315 famílias participando do Programa Bolsa Família, recebendo R\$3.680.925,00, ou R\$145,40 em média, por família.

### **PRESIDENTE TANCREDO NEVES**

O município de Presidente Tancredo Neves é um município da Bahia possuindo IDHm baixo no valor de 0,559. Conta com uma área de 418,26 km<sup>2</sup>, sua população é de 23.846 habitantes e densidade demográfica de 57,04 habitantes por km<sup>2</sup>. O município não conta com nenhuma atividade econômica específica porém tem belas cachoeiras que atraem o turismo, como por exemplo, a cachoeira Três Saltos.

#### **Quadro 3: IDHm Presidente Tancredo Neves**

	1991	2000	2010	Var 1991 - 2010
Educação	0,033	0,19	0,424	0,391
Longevidade	0,555	0,626	0,727	0,172
Renda	0,384	0,486	0,566	0,182
IDHM	0,192	0,387	0,559	0,367

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria.

Dos 5.565 municípios analisados, Presidente Tancredo Neves se encontra na posição 5.066<sup>a</sup>. Sua população apresenta crescimento e diversos aspectos podem ser mencionados com relação a isso, primeiramente, houve um pequeno aumento da esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil caiu significativamente em termos percentuais. Além de que houve uma melhora de 191,15% do IDHm do ano de 1991 para 2010. Podemos concluir que todos os indicadores tiveram uma melhora entre 1991 e 2010. O que mais aumentou foi a educação, seguida por renda e longevidade.

A população economicamente ativa ocupada de Presidente Tancredo Neves corresponde a 69,1% da população, 4,5% corresponde a população economicamente desocupada e a população economicamente inativa possui cerca de 26,4%.

Cerca de 80,27% da população passou a ter água encanada em seus domicílios em 2010. Em 2000 o valor relacionado a este índice era de 33,12%, em 2000 apenas 49,48% da população tinham energia elétrica disponível em suas casas, este número cresceu significativamente nos dados obtidos pelo Censo seguinte, eram 93,03%. Coletas de lixo para a população urbana passou de 44,22% para 86,86%.

Em setembro de 2015, o município em questão tinha cerca de 4.307 famílias recebendo o benefício. O total pago foi de R\$77.801,00, o que daria em média R\$178,96 por família.

### ITAPICURU

Este é um município da Bahia que possui uma área de 1556,96 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 20,73 hab/Km<sup>2</sup>. Seu IDHm é de 0,48, ou seja, se encontra num patamar de IDHm muito baixo. É também o município baiano com menor IDHm dentre os 417 que foram analisados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano

Itapicuru é um município voltado para a agricultura, o Governo da Bahia incentiva esta atividade com políticas que visam a melhoria de pessoas que vivem na área agrícola. A população desde município é em sua maioria rural e este valor só tem aumentado ao longo dos anos avaliados, assim como a urbana também aumentou, no entanto, em 2010 podemos observar que 79,31% das pessoas que vivem em Itapicuru estão na área rural e 20,69% estão na área urbana. O município possui alguns parques aquáticos que acabam incentivando o turismo na região.

#### Quadro 4: IDHm Itapicuru

	1991	2000	2010	Var 1991 - 2010
Educação	0,04	0,119	0,319	0,279
Longevidade	0,46	0,577	0,711	0,251
Renda	0,419	0,44	0,505	0,086
IDHM	0,198	0,31	0,486	0,288

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria.

Podemos perceber que o IDHm de Itapicuru melhorou quando comparamos 1991 com 2010. Houve aumento da longevidade e da renda, porém, o aumento na educação foi maior que todos os outros índices que foram avaliados.

O IDHm de Itapicuru não é o pior que existe no Brasil, porém, este fica abaixo do IDHm Bahia e do IDHm Brasil, ou seja, dentre os 5.565 municípios avaliados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Itapicuru fica na posição de número 5548 ficando apenas acima de 17 outros municípios.

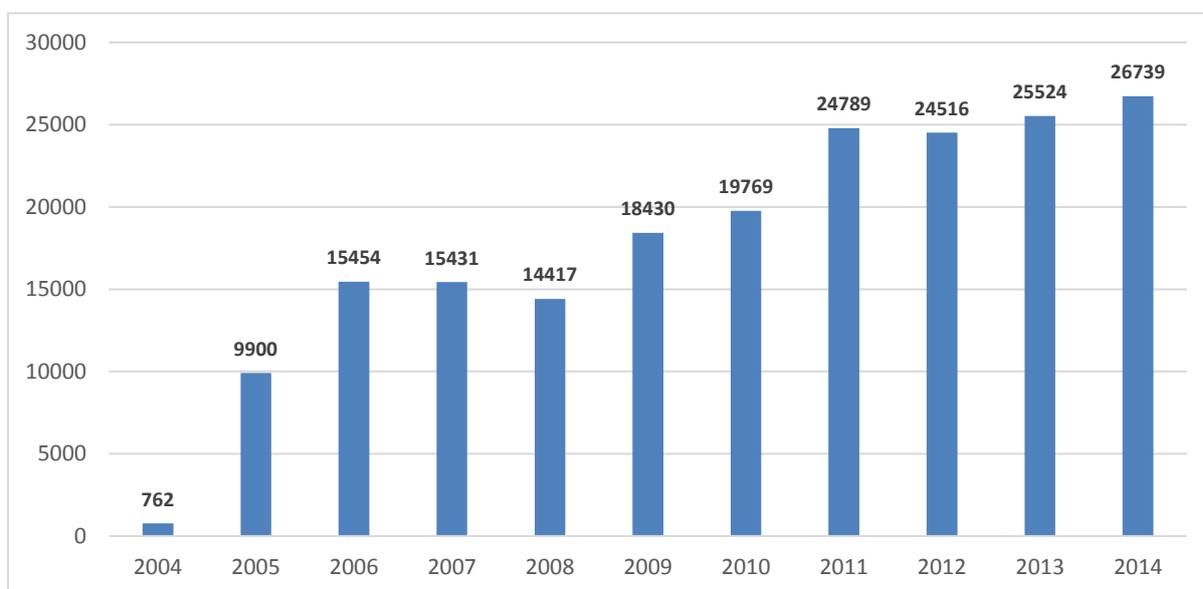
O município obteve uma melhora com relação de expectativa de vida ao nascer, houve queda da taxa de fecundidade, bem como queda da mortalidade infantil.

Na sessão a seguir, fizemos uma análise comparativa entre os indicadores de educação, renda e pobreza entre os municípios e o estado da Bahia e uma análise do IDHm entre os mesmos juntamente com a média do Brasil.

### O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CADA MUNICÍPIO

O município de Camaçari, segundo dados do Plano Brasil sem Miséria, disponibilizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação possui cerca de 42.585 famílias registradas no Cadastro Único. De 94.715, 74 famílias que residem em Camaçari, 27,44%, ou seja, 25.990 famílias recebem o benefício do Bolsa Família. O gráfico a seguir, mostra a evolução da quantidade de famílias que participam do programa.

**Gráfico 1: Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em Camaçari de 2004 a 2014.**



**Fonte:** Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (SAGI) - MDS. Elaboração Própria

O que podemos depreender é que a quantidade de famílias que recebem o benefício só tem aumentado ao longo do tempo. O valor que foi repassado para o município também cresceu ao longo dos anos assim como as famílias.

Quando fazemos uma divisão do total recebido pelo município de Camaçari com a quantidade de famílias beneficiárias, concluímos que apesar do valor médio recebido estar aumentando com o passar dos anos, esse valor ainda é baixo e apenas ajuda na subsistência dessas famílias.

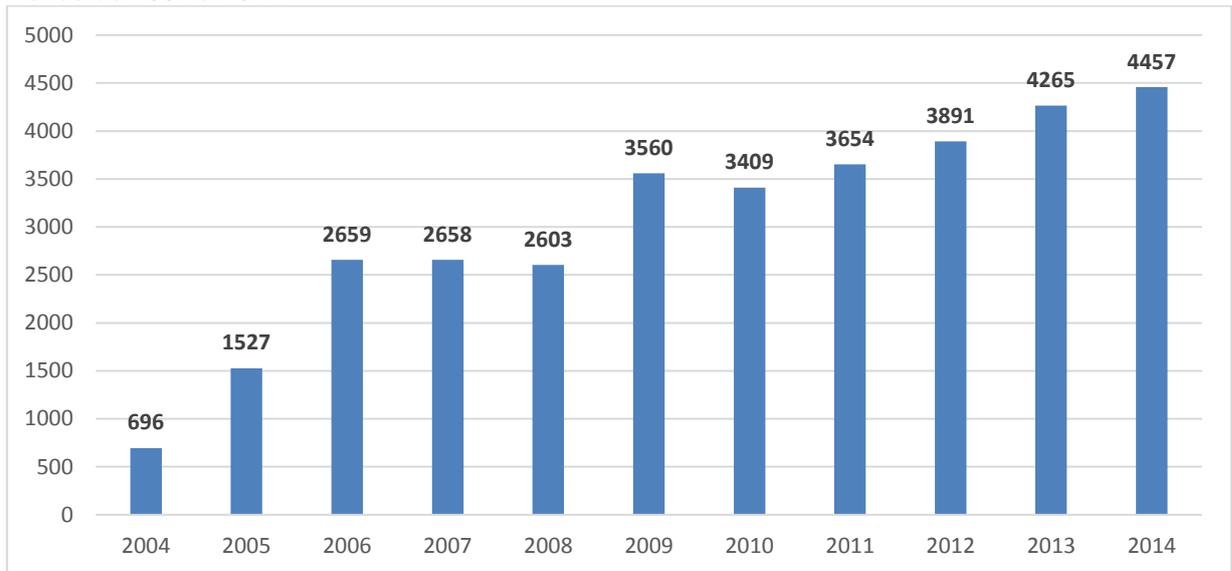
Dados recentes da SAGI mostram que uma das condicionalidades do programa vem sendo bem acompanhada pois, dos jovens e adolescente de 6 a 17 anos que estão no Programa, 92,4% estão sendo acompanhados com relação a sua frequência escolar, uma porcentagem que está acima da média nacional do país que está em torno de 86,7%. Porém, na área da saúde a situação não é tão próspera, o município fica muito abaixo da média nacional. O acompanhamento dessa condicionalidade está em 23,51% enquanto a média do país é de 73,9%.

É importante mencionar que além do Bolsa Famílias, outros programas sociais estão presentes em Camaçari, como por exemplo, o Brasil Carinhoso que atua na área de educação e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego como um programa de inclusão produtiva

### **PRESIDENTE TANCREDO NEVES**

Em Presidente Tancredo Neves há 6.209 famílias que, segundo os dados da SAGI estão registradas no Cadastro Único e tem 57,7% da população total do município recebe o benefício do Bolsa Família, ou seja, de 7.483,53 das famílias, 4.318 são beneficiárias. Adiante, podemos verificar a evolução da quantidade de famílias que participam do programa Bolsa família desde 2004.

A quantidade de famílias que estão entrando no Programa está expandindo a cobertura desde de 2004, assim como no município analisado anteriormente. Este fator pode estar associado a diversos fatores, como por exemplo, o Programa está conseguindo alcançar uma quantidade maior de famílias em extrema pobreza, ou que não está diminuindo a quantidade de pobres extremos e por essa razão faz-se necessário aumentar a quantidade de beneficiários ou que apesar do Programa causar bom impacto na diminuição da pobreza ainda seja necessário adotar outras medidas além do Bolsa Família para tirar esses indivíduos da situação em que se encontram.

**Gráfico 2: Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em Presidente Tancredo Neves de 2004 a 2014.**

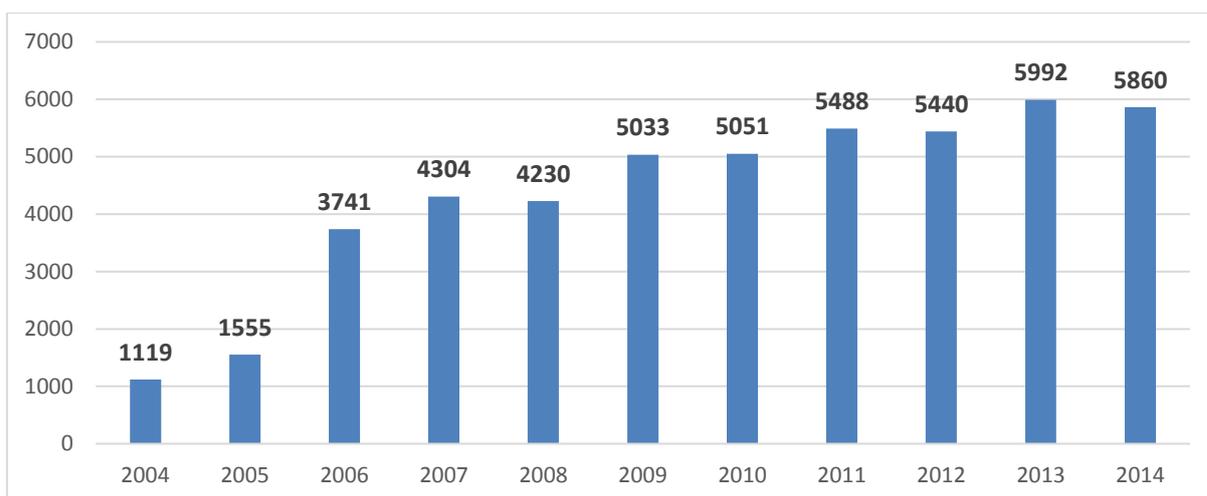
**Fonte:** Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (SAGI) - MDS. Elaboração Própria

O valor médio repassado para as famílias mais que dobrou em 10 anos, porém ainda é um valor baixo que o Programa repassa para cada família por mês. Mesmo que esse seja um baixo, este repasse ajuda muito a complementar a renda das famílias participantes

Ao avaliar o acompanhamento das condicionalidades, mais uma vez o município em questão se encontra acima da média nacional. Presidente Tancredo Neves possui 91,30% de acompanhamento com relação a frequência escolar de alunos de 6 a 17 anos. Com relação a saúde, o município repete o bom acompanhamento com média de 92,67% das famílias e está neste fator acima da média nacional de 73,9%. Fica evidente que aqui o acompanhamento das condicionalidades para que as famílias continuem recebendo o benefício é mais eficiente, seja pelo tamanho menor do município ou por melhor condução de seus dirigentes. Este fator dá mais credibilidade ao Programa e mostra que o acompanhamento está melhor em todos os aspectos que na média nacional. Este município também acolhe o Programa Brasil Carinhoso.

## ITAPICURU

**Gráfico 3: Quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em Itapicuru de 2004 a 2014.**



**Fonte:** Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (SAGI) - MDS. Elaboração Própria

A quantidade de famílias beneficiárias do Bolsa Família cresceu em Itapicuru. A variação nos últimos anos não tem sido tão grande, porém se analisarmos de 2004 a 2014, o número cresce um pouco mais que cinco vezes o que nos mostra o grande avanço que o município passou ao longo de 10 anos.

O comportamento do valor total repassado se repete quase que igualmente em todos os municípios, ou seja, só tem aumentado e tende a aumentar mais pois entre diversos fatores, o Programa está incluindo cada vez mais famílias.

Assim como observado nos demais municípios, os valores não alteram muito. Em média, todo município distribuía por família um valor próximo de R\$70,00. Com o passar dos anos este valor um pouco mais que dobrou.

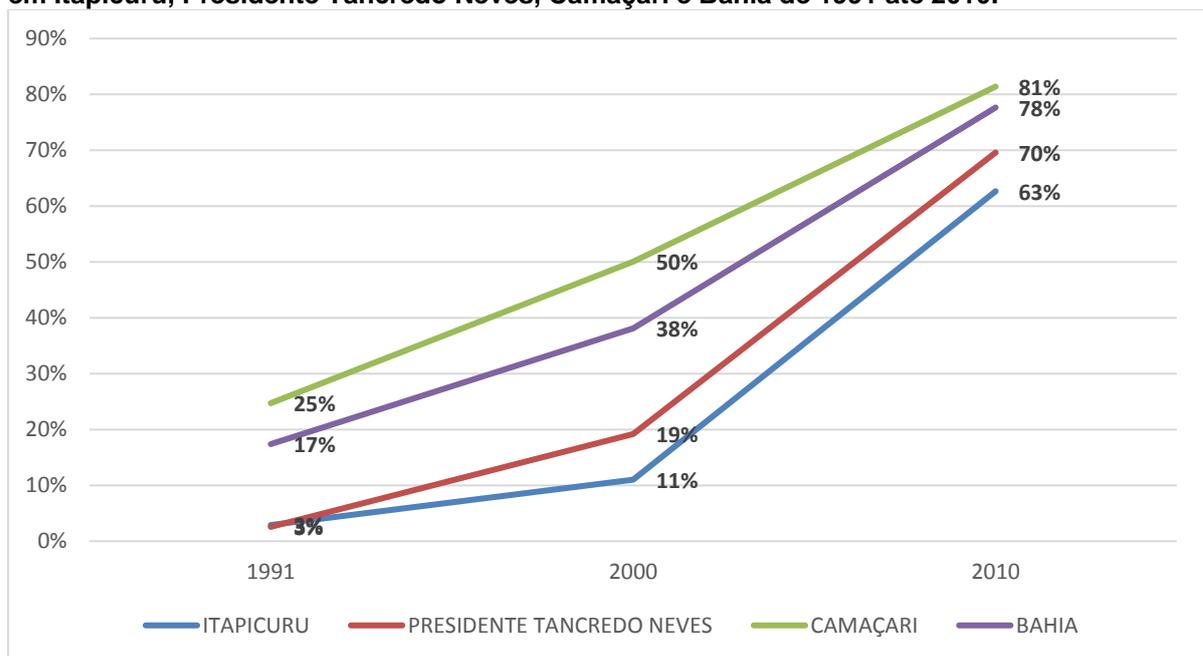
Itapicuru fica um pouco a baixo da média nacional de 86,7% com relação ao acompanhamento da frequência escolar dos jovens e crianças que possuem idade de 6 até 17 anos, porém há uma melhora no acompanhamento na área da saúde que ficou acima da média nacional com 89,33%. O município em questão recebe o benefício do Brasil Carinhoso e do Programa Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER) que tem ajudado as atividades produtivas rurais e um Programa de Água Para Todos que leva água potável para a região

### **ACESSO A EDUCAÇÃO**

A educação é uma das condicionalidades do programa Bolsa Família. Analisamos a evolução deste índice no período que compreende de 1991 a 2010 entre os da nossa pesquisa. Considerando as limitações deste trabalho, não temos condições de demonstrar todos os números apurados. Então, selecionamos dois indicadores educacionais. O primeiro se refere a crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais de ensino fundamental. Conforme se demonstra no gráfico a seguir, podemos verificar uma enorme expansão, nos

anos indicados, a este nível de ensino. Nos municípios de Camaçari, por exemplo, em 1991 havia apenas 25% da população nesta faixa etária frequentando este nível de ensino, em 2010 este acesso chegou a 81%. No município de Tancredo Neves, saiu de 3% para 70%. E em Itapicuru, o desempenho foi semelhante no período. Isto nos indica que os municípios com baixo ou muito baixo nível de IDHm tiveram melhora proporcional bem mais expressiva que o município que tinha um IDHm de nível médio.

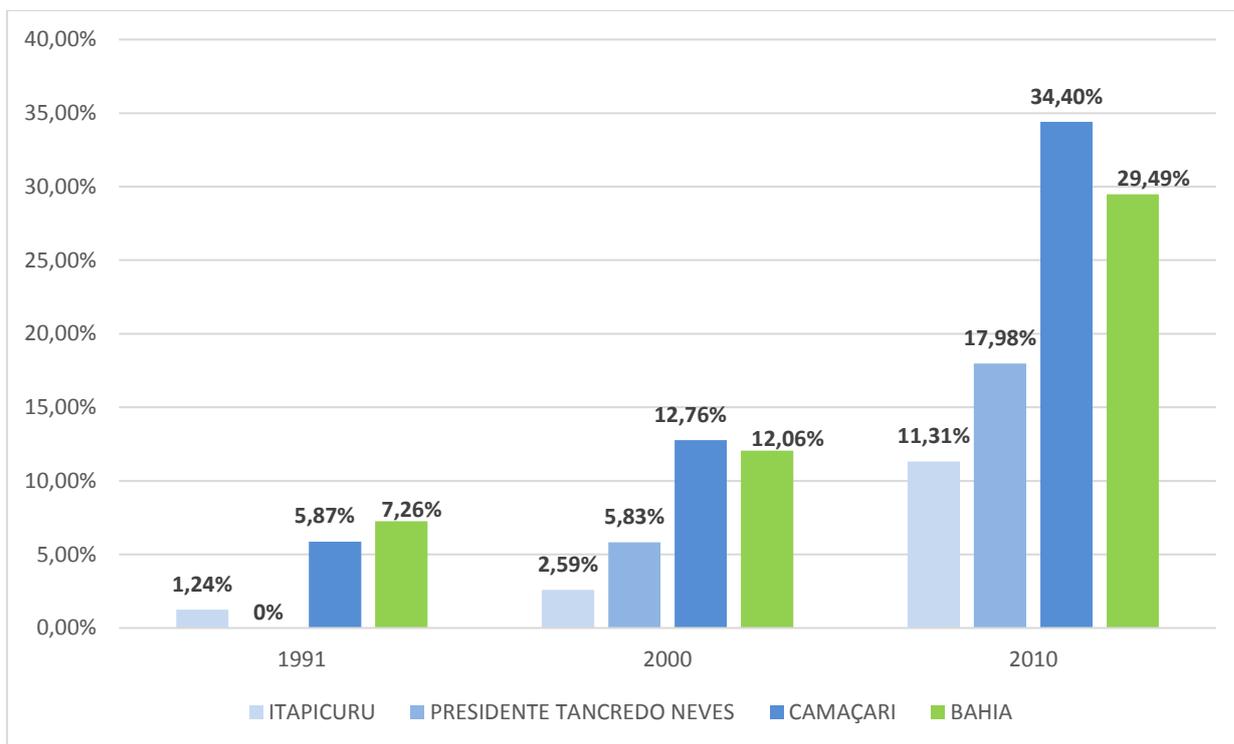
**Gráfico 4: % de Crianças de 11 a 13 anos frequentando os Anos Finais do Ensino Fundamental em Itapicuru, Presidente Tancredo Neves, Camaçari e Bahia de 1991 até 2010.**



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria

A situação se mostra mais preocupante quando se trata de jovens entre 18 e 20 anos com ensino fundamental completo. Essa subdivisão da educação não atinge nem 35% dos jovens. Em Presidente Tancredo Neves o percentual era de 0%, ou seja, era quase que impossível ter algum jovem com ensino médio completo. Apesar destas ressalvas, podemos considerar que o avanço educacional foi muito expressivo, como demonstra o gráfico abaixo, em particular, considerando-se o período de 2000 até 2010.

**Gráfico 5: % Jovens de 18 a 20 anos Com Ensino Médio Completo em Itapicuru, Presidente Tancredo Neves, Camaçari e Bahia de 1991 até 2010.**

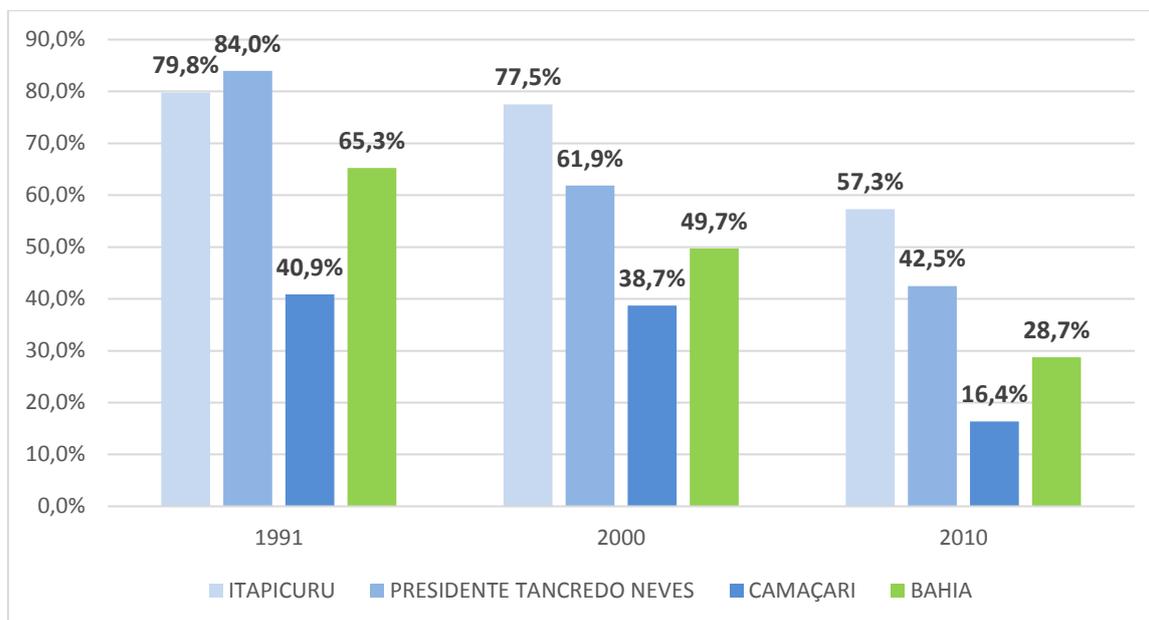


**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria

## QUEDA NO NÚMERO DE POBRES

O Gráfico a seguir demonstra o número de domicílios em situação de pobreza nos três municípios que compõem nossa pesquisa. Como aconteceu na maior parte do Brasil, este indicador acompanha trajetória declinante entre 1991 e 2010. Percebe-se que a queda no número de domicílio pobres é bastante expressiva. No caso do município de Tancredo Neves, por exemplo, este indicador caiu para aproximadamente metade no período de 20 anos. Importante indicar parte mais expressiva desta queda aconteceu entre 2000 e 2010, quando, por boa parte do período, o programa Bolsa Família foi expandido.

Destaca-se neste quesito que, apesar da melhoria, o número de pobres é ainda extremamente elevado nos três municípios, em especial em Itapicuru, que em 2010 ainda apresentava 57% dos domicílios em situação de pobreza. O que demonstra que o programa Bolsa Família é um programa importante para reduzir níveis de indigência, mas não pode ser entendido como um remédio que vai resolver todos os males, pois os valores repassados são insuficientes para retirar todas as famílias da condição de pobreza. Todavia, consideramos que como medida complementar este programa é bastante útil para, pelos menos, minorar a situação dos extremamente pobres.

**Gráfico 6: % De Pobres em Itapicuru, Presidente Tancredo Neves, Camaçari e Bahia de 1991 até 2010.**

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração Própria

### Considerações finais

Conforme dados obtidos principalmente do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e do SAGI, concluímos que houve uma evolução no indicador de educação em todos os municípios, a evolução maior foi percebida nos índices de 2000 para 2010 onde houve a implementação do Programa Bolsa Família no Brasil. A melhora do fator educação pode estar associado ao Programa pois este é uma das condicionalidades par continuar recebendo o benefício. A educação atinge em maior quantidade os mais jovens e segundo os dados obtidos o fator educação vem sendo acompanhado pelos municípios o que demonstra que os participantes mantem seus filhos na escola.

A pobreza e a pobreza extrema diminuíram consideravelmente nos municípios analisados, demonstrando que houve uma melhora neste aspecto. A renda per capita também aumentou nos três municípios. Foi perceptível a melhora no índice de Gini que apresentou melhora na evolução dos dados, entretanto, a diminuição da desigualdade pode ser observada de 2000 para 2010.

Outro fator percebido foi a evolução da quantidade de famílias que recebem o benefício e o valor repassado para cada município. Este fator pode ter ocorrido por conta de o benefício passar a abranger maior parte da população desses lugares com o passar dos anos. Pode assim dar a impressão de que o Programa não tem surtido efeito e apenas atinge e distribui renda para os mais pobres, entretanto, a análise em conjunto com os demais dados

nos permite concluir que, de um modo geral, houve diminuição dos extremamente pobres e dos pobres, a renda melhorou, a desigualdade está diminuindo, a educação está atingindo uma quantidade maior de jovens e adolescentes.

A melhora que vem ocorrendo nos índices analisados, como por exemplo, educação e renda mostram a importância de programas sociais e a maior inserção de criança e adolescentes frequentando a escola. Se estender esta análise, também é possível perceber que o número de pessoas que entraram na faculdade também aumentou, o que é importante para o desenvolvimento pessoal e melhora a qualificação, porém, a quantidade de pessoas na faculdade é muito baixa. Implementar programas como o Bolsa Família é essencial para a melhora da qualidade de vida das pessoas que se encontram em extrema pobreza.

O programa ainda pode ser melhorado e vir a abranger mais condicionalidades e melhorar o acompanhamento que vem sendo realizado por cada município. O melhor acompanhamento das condicionalidades faz-se importante para melhorar a qualidade do Programa, bem como sua popularidade. O Programa não é totalmente perfeito, dado que é possível que famílias que não se enquadram dentro das condições necessárias para receber o benefício mesmo assim o recebam por algum tipo de manobra de má fé dos mesmos ou até alguma falha do próprio governo com relação ao processo, fato este, que faz com que algumas pessoas possuam uma visão distorcida do Programa e que acaba prejudicando aquela família que realmente necessita do auxílio. Este seria um ponto que o Governo deveria focar para obter uma melhor distribuição do benefício. O Programa poderia incluir futuramente em suas condicionalidades educação e qualificação para os adultos, assim como, gerar mais empregos nas regiões mais carentes a fim de complementar com o Bolsa Família a oportunidade dessas pessoas de sair da linha de pobreza. O Bolsa Família tem como finalidade resolver o problema da pobreza no curto prazo e poderia ser modelado para suprir as necessidades e diminuir a pobreza extrema no longo prazo.

Concluimos que o Programa Bolsa Família está atingindo maior parcela da população dos municípios de Camaçari, Presidente Tancredo Neves e Itapicuru que apresentaram melhor desempenho nos índices de Desenvolvimento Humano, indicadores de educação, diminuição da pobreza e de extrema pobreza. Há indícios que esta melhora nesses municípios baianos está acontecendo graças ao programa social Bolsa Família segundo dados coletados por esta pesquisa. Este fator nos mostra a importância e necessidade do Governo adotar políticas voltadas para a diminuição da pobreza.

## Referências

- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Marfarido. **Políticas sociais: o programa Comunidade Solidária e o programa de Garantia de Renda Mínima**.
- THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- WEISSHEIMER, Marco Aurelio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável**.
- POCHMANN, Marcio. **Desigualdade Econômica no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda e Crescimento Econômico**. Estud. Av. vol 15 nº 41. São Paulo. Jan-Abr 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100007)> Acesso em: 30 mar. 2015
- SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família: Problematizando Questões Centrais nas Políticas de Transferência de Renda**. Ciênc. Saúde coletiva vol. 12 nº 6. Rio de Janeiro. Nov-dez 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006)> Acesso em: 30 mar. 2015
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender; STEPHANOU, Michelle Conceição. **Percepção sobre o Programa Bolsa Família na Sociedade Brasileira**.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: A evolução de longo prazo (1970-2011)**
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Margarido. **Políticas sociais: O Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima**. Disponível

em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/140/142>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Mundo Educação. **A pobreza no Brasil**. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em: 29 set. 2015.

Desigualdade Social. Disponível em: <<http://desigualdade-social.info/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

Camaçari Agora. Disponível em: <<http://www.camacariagora.com.br/index.php>> Acesso em 10 out. 2015.

Prefeitura de Camaçari: Terra das oportunidades. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/2015/index.php>> Acesso em 10 out. 2015.

Portal da Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves. Disponível em: <<http://www.presidentetancredoneves.ba.gov.br/>> Acesso em 10 out. 2015.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Indicador avalia nova dimensão da pobreza**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2425>> Acesso em 12 out. 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> Acesso em 25 jan. 2016.

Ipea Data. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em 25 jan. 2016

AFONSO, José Roberto R. **Imposto de Renda e Distribuição de Renda e Riqueza: As Estatísticas Fiscais e Um Debate Premente no Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/97/3>> Acesso em: 25 jan. 2016.

Receita Federal do Brasil. Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>> Acesso em: 25 jan. 2016.

Desigualdade Social. Desigualdade Social no Brasil. Disponível em: <<http://desigualdade-social.info/desigualdade-social-no-brasil.html>> Acesso em: 25 jan. 2016.

**Município de Itapicuru**. Cidade Brasil. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-itapicuru.html#economia>> Acesso em: 22 mar. 2015

**Itapicuru**. Disponível em: <<http://www.itapicuru.com.br/>> Acesso em 22 mar. 2015

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) – MDS. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> Acesso em 03 abr. 2016

**O que é? – Índice de Gini**. Ipea Data. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)> Acesso em 10 abr. 2016